

DISSIDÊNCIA QUEER NO JOGO: educadoras negras e o corpo-território como *reexistência* para os fundamentos da educação

Núbia Cristina Sulz Lyra Correa¹

Resumo

O presente trabalho visa apresentar como os conceitos de corpo-território no RPG Girassóis como elementos de *reexistência* para os fundamentos da educação, considerando que o mesmo possui caráter dissidente. O jogo consiste em tornar palpável a realidade vivenciada pelas mulheres perante os sistemas de opressão, de maneira que os jogadores possam performá-las ainda que criando suas próprias narrativas. Assim, como por intermédio da lógica exúlica (SOUZA,2016) as educadoras negras podem lutar contra as mazelas da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e a colonialidade de gênero (LUGONES, 2008) que reforçam os efeitos do carrego colonial (SIMAS e RUFINO, 2019) entendendo todos os elementos aqui constantes como constituintes da trajetória de pesquisa e desenvolvimento do jogo, atrelados à história de vida da pesquisadora que apresenta o mesmo como trabalho de conclusão de curso. De maneira lúdica, novas possibilidades e outros possíveis vão se alinhando para reforçar a dissidência como caminho para mais complementariedade e menos conflito, em prol da justiça social, cognitiva e curricular.

Palavras-chave: corpo-território; carrego colonial; fundamentos da educação; *queer*; RPG.

*Eu não sei quem denomina quem domina essa cena
Mas me instiga tua ira quando eu quebro as algemas
E dispenso tua pena me movendo de lugar
Lendo as linha da história que você quis apagar
E trago força de lá pro meu canto ter magia*

¹ Graduanda do último período de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, membro do Grupo de Pesquisa Laroyê – Culturas Infantis e Pedagogias Descolonizadoras

*Assim eles me dão a morte e eu sigo rimando a vida
Pelas tuas avenidas incorporo Queen Latifah
Apenas mais um dia indo em contrapartida*

Bia D'Oxum – CIPHER#1 – RIMA DELA

Introdução: do nome da criança negra à negra professora

Todo sonho começa em algum lugar. Hoje é veiculado na TV aberta um comercial de cerveja onde Djonga, Emicida e MC Drik reverberam que a realização de um sonho é obra de uma comunidade inteira, que não subiram ao palco, sozinhos e que “ninguém sonha sozinho”. O RPG Girassóis nasce do sonho de uma mulher negra, bissexual, gorda, do interior das Minas Gerais. Seu gosto pelas minas, talvez, tenha sido o que quase rompeu com o sonho coletivo carregado da escolha de seu nome até o primeiro dia na universidade. Sonho gestado junto, mas que da filha gestada na relação interétnica, sair dos padrões normativos da sociedade sobre a sexualidade foi o motivo de um rompimento com quem sonhava com ela.

Muita coisa se passou e anos depois a pedagogia aconteceu na sua vida. Sonho tem dessas coisas que faz às vezes anos de luta parecerem mágica: o bico como professora de reforço para completar a renda e sustentar a família fez a educação ir se consolidando no coração e na mente. O currículo de pedagogia era muito diferente dos da engenharia por onde caminhei. Ocorre que no decorrer do curso, as grades curriculares de fato se tornavam prisões e, no meio dos discursos libertários contra a educação bancária, a democracia parecia uma falácia encenada para normatizar o que já era dissidente: não era novidade que quem não se encaixava lotava os cursos noturnos de licenciatura. E na pedagogia um grande padrão surgia, onde a fábrica de bonecas era montada, pronta para formatar professores para (em)formar o futuro. Mas a dissidência alcançava também a docência. Das grades curriculares surgiam inspirações, mulheres fora do padrão hegemônico ocupando cadeiras universitárias, doutoras inspiradoras, mulheres educadoras². O currículo virou matriz.

Em todos os cursos, em especial nos fundamentos da educação, não se pode

² É importante ressaltar que esse “despertar” foi feito por educadoras negras, mas que diversos outros educadores em diferentes gêneros e sexualidades, fazem parte dessa construção.

encontrar tal diversidade. Teóricos brancos dominam as referências de um curso cursado, em sua grande maioria, por mulheres negras, das periferias. E o nosso sonho, de se enxergar? De melhorar? De vencer? Meu sonho começou quando eu nem sabia o que era sonhar. Meu pai se dirigia ao cartório, para registrar a filha e, no caminho, cruzou com uma banca de jornais que, por destino ou força ancestral, chamou-lhe a atenção uma reportagem de um jornal local onde se destacava a formatura de uma turma de engenharia da universidade federal da cidade. Ao olhar os formandos, viu uma mulher, um nome e, ali, começou o sonho coletivo que, à época, mudou meu nome no caminho do registro, uma filha diplomada em uma universidade federal. Um sonho ousado à época, para uma família preta e pobre, mas que hoje, tento ousar ainda mais, dando continuidade ao sonho coletivo semeado por meu pai. Um sonho coletivo, ainda mais ousado, em tempos sombrios politicamente, onde o corpo negro é atravessado por tantas opressões.

O sonho em jogo

O RPG Girassóis se inspira na lógica exúlica descrita por Souza (2016) e flui por intermédio dela, tornando as opressões e seus sistemas tangíveis enquanto evidencia que as teorias elaboradas por educadoras negras podem nos instrumentar para entender e até mesmo enfrentar tais estigmas. O nome girassóis, além de uma homenagem à Oxum, é também uma referência simbólica ao conceito de *Ubuntu*, considerando que a “flor” em questão é uma inflorescência capitular, ou seja, cada pétala é uma flor, com função de atratividade e, no meio, há flores com o fator reprodutivo, sendo que cada flor/capítulo, é uma comunidade, onde cada qual tem sua função para que a mesma prospere. Todas as flores giram em torno de um objetivo maior, o sol, no caráter heliotrópico. De modo semelhante, a luz que o jogo de RPG girassóis busca mirar é a justiça curricular, cognitiva e social.

Assim, a luz que o RPG Girassóis se propõe a mirar é a da comunidade negra acadêmica, que ao longo dos anos vem construindo uma educação que combate os equívocos e distorções que historicamente transformaram diferenças em desigualdades, reflexos da colonialidade do poder expressos no racismo e machismo. O RPG tenta representar a construção coletiva de conhecimento, que no presente caso se traduz, também, em forma de militância apresentando nos discursos científicos narrativas das experiências das comunidades negras (SOUZA; CORREA, 2020, p.46).

Enquanto mulher e negra, a trajetória escolar e conseqüentemente a trajetória profissional, ocasionaram percursos que, nesta sociedade, implicaram em um constante processo de autodescoberta e autoafirmação, o que também perpassou - e ainda perpassa - pela sexualidade. Os estigmas coloniais da subserviência, pouca capacidade intelectual, hipersexualização, entre tantos outros, foram afinilando minha percepção de mim mesma e do mundo e, conseqüentemente, minha motivação para a pesquisa: entender o que se passa com as mulheres negras e como eu posso colaborar para uma sociedade equânime e igualitária, que busca corrigir os equívocos e distorções de suas trajetórias históricas e sociais. Encontrei na educação os princípios éticos, estéticos e políticos (BRASIL, DCNEI - 2010); fui apresentada a projetos, pareceres e legislações, questões que aguçaram minha inclinação para o direito e para o currículo. Mas foi nos fundamentos da educação que eu pude acreditar que outra cosmopercepção de mundo seria necessária para que meu entendimento focalizado no desejo de uma sociedade mais justa fosse possível. Passei, assim, a enxergar a intersecção de gênero, raça, sexualidade e demais categorias como encruzilhada e, no hoje, a oportunidade para construirmos um novo ontem, inspirados por Exu, que atirou a pedra hoje para matar um pássaro ontem.

O RPG Girassóis é, portanto, fruto dos afetos pelas questões nele elencadas, das paixões e aflições despertadas pelo conteúdo apreendido e o desafio de incorporá-lo e repassá-lo nas práticas pedagógicas. Alonzo Bezerra de Carvalho (2012) no capítulo intitulado “O papel das paixões na formação da moralidade” argumenta: “Apaixonar-se seria experimentar a mobilização dos instintos mais recônditos do espírito humano com conseqüências somáticas incômodas, perturbadoras, mas também gratificantes e agradáveis, para mim e para nós”.

Impossível não recordar de minhas memórias de infância, bem como de tantos relatos de negras e negros que, assim como eu, tiveram seu primeiro contato com o racismo durante a educação infantil. Como salientam as pesquisas de Fabiana Oliveira (2004) e de Flávio Santiago (2019), o racismo pode ser percebido ainda durante a creche, primeira etapa da educação infantil, tão importante quanto qualquer outra, porém, ainda mais subvalorizada pela sociedade e pelos governos. De modo marcante, notamos a presença de monitoras nestas primeiras fases e a remuneração pelo sistema público é notoriamente baixa. Assim, nessa estrutura que aqui denominamos sistema patriarcal, ancora-se em outro sistema,

denominado como sistema patriarcal-capitalista que produz e reproduz diversas outras opressões, em prol da manutenção do *status quo*.

Quando resgato na memória os motivos que me conduziram até aqui; as esquinas que escolhi virar, para trilhar novos caminhos, nas encruzilhadas da vida, é inevitável pensar que lutei contra os desejos e as paixões impostas socialmente, buscando seguir os caminhos de minhas aptidões e minhas próprias travessias. São variantes que, por escolhas, me possibilitaram fazer da educação sustento, a mesma que acabou por me nutrir em corpo e alma, afetando de forma irreversível a paixão pela função-educador (Carvalho, 2014). Foi assim que cheguei ao curso de pedagogia: paixão certa, estremecedora e exúlica.

As paixões nos movem. E o que nos move pode, então, modificar nossos caminhos e o caminho daqueles que nos cercam? Longe de mim, dizer que me apaixonei pelo racismo ou pelo patriarcado. Quanto a isso, fica até enegrecida minha repulsa. Contudo, apaixonei-me, sim, pelo fim utópico das opressões e de seus meios. Ainda segundo Carvalho (2012), “as paixões e afecções resultam, assim, de como o que consideramos bem ou mal nos atingem” e, nesse diapasão, escolhi que o mal que me atinge seria combustível para meu desejo de encontrar formas de modificar os sistemas que oprimem, limitam e matam aqueles e aquelas que considero meu povo, bem como corroboram para a manutenção do status quo. Assim, quando tomada dos afetos, me afetei por algo que me obrigou a destruir e construir “um sujeito na posição de educador” que “no registro foucaultiano, pode mudar de estatuto ao mesmo tempo, em que seus campos de experiência históricas se transformam: da sujeição às experiências de si” (Carvalho, 2014, p. 27), o qual continua dizendo que o que universaliza e normatiza não é mais o suficiente para assegurar práxis que respeitem as subjetividades e demais aspectos de cada sujeito, de modo que nos obriga a pensar, mesmo através de Foucault, pedagogias não ocidentais.

Assim, se o sonho é um projeto de sociedade onde as diferenças não impliquem em desigualdades, mas sim que as singularidades se somem em maior complementaridade, conhecer quem nos reduz ao padrão hegemônico se torna necessário, afinal um bom jogo precisa de um “vilão” a ser vencido.

O jogo: cartas na mesa

O RPG Girassóis é um jogo de tabuleiro que possibilita aos jogadores uma experiência de performatividade de educadoras negras, em uma luta que simula o enredo da vida real, com uma luta contra os sistemas opressores. As educadoras negras são de diversas faixas etárias, cisgênero e transgênero, de sexualidades diversas, diferentes locais de atuação, diferentes origens e confissões religiosas. Suas armas contra o sistema opressor são conceitos teóricos ou práticos de sua autoria, grandes ações, ou projetos de vida, ou seja, sua produção efetiva é usada como arma contracolonial, visando assim, não só permitir que os jogadores conheçam e performem as personagens, mas suas obras e o poder de suas produções como ferramentas antipatriarcais.

[...] a confecção do tabuleiro, levou em consideração o formato oval, para sua disposição, sendo que o mesmo se justifica por três princípios: a associação do ovo à fertilidade feminina; sua ligação com Oxum; e, a física do formato que, na vertical, possui resistência aos possíveis impactos que protege o mesmo da quebra, sendo então esta analogia utilizada para distribuição das acadêmicas no tabuleiro. Outro detalhe importante no mesmo é que a borda simula um espelho, outra referência à Oxum” (SOUZA, CORREA, 2020).

Imagem 1: Tabuleiro do RPG Girassóis – fonte: acervo dos autores



Assim, vale ressaltar que a fertilidade do feminino está ligada à todas as áreas da vida, bem como o espelho, instrumento que reflete a imagem, também nos proporciona mergulhar em nós mesmos, ainda que performando outrem. Logo, da sujeição a “sujeitidade” temos um sujeito que se põe em um processo contínuo de devir, reassumindo ou repetindo a

sujeitidade de diferentes maneiras, conforme coloca Sara Salih (2015), ao relacionar Judith Butler e a Teoria Queer.

Perpassa assim o RPG como uma possibilidade da discussão das relações de gênero, bem como proporciona entre aquelas que se identificam com o gênero feminino, a vivenciar outras mulheres em diferentes contextos sociais, etários, religiosos, entre sexualidades outras ou ainda fora do eixo cis normativo. Assim como convida aqueles que se identificam com o gênero masculino a performar o universo da mulher em suas várias formas, também convida as várias possibilidades de gênero a vivenciar esses lugares de corpo-território político.

A dinâmica do jogo, assim como toda a questão que a torna uma experiência de vivenciar aspectos reais da vida das personagens elencadas, se baseia no conteúdo constante nas cartas de ônus e bônus. As mesmas são divididas em dois subgrupos, há os bônus e ônus das educadoras negras e os bônus e ônus do patriarcado, representando o (s) sistema(s) opressor(es). Há também de se considerar que as cartas bônus das educadoras ficam à esquerda, com a cor verde. As cartas ônus, à direita, na cor laranja. Para o sistema opressor o contrário se aplica, sendo que os bônus ficam à direita e os ônus à esquerda.

Quando analisamos o conteúdo das cartas de ônus e bônus das educadoras encontramos discussões como sororidade, padrão de beleza, culpa cristã entre outros baseados nos conceitos das personagens e nas vivências das mulheres na sociedade brasileira. Já nas cartas ônus e bônus do sistema opressor encontramos assuntos como a fachada falsa³, fake news, lei maria da penha, liberdade sexual feminina e outras frases emblemáticas do dia a dia como “passar pano para macho” e “é só um **menino**”⁴. De maneira que as discussões dos assuntos acadêmicos são associadas às situações do cotidiano, gerando uma discussão de como a academia pode auxiliar, fora dos muros das instituições, a alcançar as margens e os sujeitos marginalizados.

Colonialidade do poder e de gênero: a questão do carregamento colonial

³ Durante o último processo de eleição presidencial, o candidato - posteriormente eleito -, é esfaqueado em meio a uma multidão. Com a ausência de sangue entre outras provas concretas, há uma forte suspeição da veracidade desse fato que deu uma grande virada na opinião popular.

⁴ Frase dita comumente pela população brasileira, direcionada a homens com o intuito de amenizar a gravidade de suas falhas, associando o erro a uma condição infantilizada da maturidade masculina.

No RPG Girassóis há um embate contínuo contra as forças que movem as engrenagens do patriarcado e outros sistemas de opressão. Acreditamos haver uma grande intersecção entre raça e gênero que são o centro da questão abordada no RPG. Mas, nessa intersecção, cada singularidade de cada personagem se soma, sendo que o etarismo, sexualidade e outros demarcadores tendem a ser deturpados e utilizados como fatores desabonadores pelo(s) sistema(s) opressor(es) - didaticamente tratado aqui como patriarcado -, figura como uma personagem que incorpora os estigmas do patriarcado e da colonialidade.

Temos em Quijano (2005) o entendimento de que as relações de poder, de forma histórica e perpetuada geram possibilidades contemporâneas de dominação e exploração, controlando nossas noções de raça, trabalho, conhecimento e Estado. A dita cegueira epistemológica, fruto da indiferença à violência ocasionada por esse(s) sistema(s) opressor(es) – como o Estado, o patriarcado, o racismo, o adultocentrismo, etc. – transforma diferenças em desigualdades com base em marcadores categóricos como raça, gênero, classe e sexualidade, sob a égide de um viés hegemônico e eurocentrado. Nesse sentido, a colonialidade do poder descrita por Quijano não dá conta da intersecção quando avançamos na discussão de gênero e sexualidade, para o qual seguimos o pensamento de Lugones (2008).

Sendo então a colonialidade do poder uma forma de dominação e manutenção da exploração perpetrada pela população para controlar os cenários e exercícios do trabalho, do sexo, da política e da autoridade coletiva, bem como da subjetividade e intersubjetividade das populações “dominadas” (negra e não branca), ancoradas nas garras da globalização, do eurocentrismo, do capitalismo e da dita modernidade e civilidade (QUIJANO, 2005). No entanto, Lugones (2008) extrapola os limites dessas chaves de análise, ao conceber o poder que a intersecção de raça, gênero e sexualidade aportam perante a significação do viés hegemônico. Assim, convoca a reflexão de que as estratégias de apagamento iniciadas no período colonial, focadas na população negra e não branca (povos originários) eram pautadas não só para restrição e imposição laboral, mas também conceituando gênero e sexo dentro do que normatizaram aceitável.

O movimento de desumanização, por meio da destruição de crenças e culturas, afastando o povo colonizado de suas raízes, associando-o ao domínio e ao controle, visava desorganizar essa fatia da população em suas organizações políticas e comunitárias, resultando principalmente na exclusão de mulheres em âmbitos sociais, desqualificando e limitando-as em um universo colonial materno, passivo e submisso ao homem, em uma nítida facilitação do modelo monogâmico, patriarcal, e heterossexual para favorecer o modelo capitalista.

Assim, o patriarcado foi se consolidando como modelo de sociedade essencial para o desenvolvimento do capitalismo, garantindo a existência de herdeiros de sua paternidade, implicando na monogamia, na heterossexualidade e na limitação da sexualidade da mulher cis para gerar tal herdeiro e perpetuar o capital em determinada família. Incorporado aos costumes do povo colonizado, os conceitos de gênero e sexo hegemônicos e eurocentrados, fortaleceram padrões e categorias biológicas e binárias, além do sentido de oposição entre eles, contrariamente aos princípios de mais complementariedade e menos conflito das comunidades originárias e pré-coloniais.

Nesse sentido, compreender com o auxílio de hooks (2019; 2020) e outras autoras que o conjunto de violências e opressões sofridas por determinados grupos, nos colocam sob uma bandeira de luta semelhante, é também compreender que os movimentos de dissidência nos permitem encontrar um “inimigo” em comum, com um objetivo em comum, sendo a equidade. No tocante ao jogo de RPG aqui apresentado, recuperar essa humanidade que nos foi retirada e nos é constantemente negada depende da compreensão desse lugar dissidente de como uma comunidade busca a justiça, seja ela curricular, cognitiva ou social, não dissociando tais aspectos. Inclusive, isso tem implicações quando pensamos em um projeto de nação que não perpetue os estigmas da colonialidade.

Entender que essas forças coloniais que permanecem nos desumanizando formam um engendrado conjunto de sistemas de opressão, faz-nos entender que assim culminam “forças estranhas”, implicando em um carrego colonial, sintetizado por Simas e Rufino (2019) como o produto de uma colonialidade/modernidade em “formas de dominação nos limites do ser/saber/poder e também capturando, subalternizando e relegando ao esquecimento uma diversidade de princípios explicativos de mundo”.

A re-existência no corpo-território

*“Povoada é um nome curioso, né?
Porque a gente sempre fala de povoada em relação à terra, né...
A terra é povoada... mas eu também sou terra.
A gente é terra que povoa [...] [...] Povoada
Quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitos
Sou uma mas não sou só!”*

Povoada – Sued Nunes

O território em geografia é um espaço apropriado e delimitado proveniente de uma relação de poder. Para Ratzel essa relação vem do Estado. Para Raffestin, o espaço se dá antes do território e depois se torna território por apropriado pela relação de poder. Milton Santos já diz que uma materialidade cuja apreensão por meio dos sentidos caracteriza-se como paisagem, uma forma política e econômica a caracterizar o espaço, categoria, objeto e totalidade social, ou seja, a concepção sai do viés hegemônico eurocêntrico e se concentra no uso do território para definição do espaço. Outro geógrafo brasileiro, Marcelo Lopes acredita em multiterritorialidades múltiplas, baseadas nas expressões sobre os territórios, com características cíclicas, móveis e organizadas em rede.

Aqui, vamos entender o território pela perspectiva adotada nos movimentos sociais, pela sua identidade e uso (luta/transformação social) e suas multiterritorialidades, de modo que essa expansão acaba

transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência dos grupos subalternos, especialmente os povos originários. Desdobram-se assim desde os territórios do/no corpo, íntimo (a começar pelo ventre materno), até o que podemos denominar territórios-mundo, a Terra como pluriverso cultural-natural ou conjunto de mundos – e, conseqüentemente, de territorialidades – aos quais estamos inexoravelmente atrelados (HAESBAERT, 2020, p. 76).

Nesse sentido, entender o corpo como território, demarcado pela luta contra-colonial, ou seja, entender o corpo-território como um instrumento de dissidência das do carrego colonial é pensar no corpo como terra, como nos remete Sued Nunes em sua canção. Esse território povoado, compartilhado, constituído por um coletivo, inevitavelmente pensamos em como este corpo que atua politicamente, e que pode se “demarcar” de diferentes formas, em territórios múltiplos, conforme seu “uso” político-social.

Trazer o território, nessa ótica, relembrando que “somos muito de muitos”, que não estamos sós, é trazer para o debate vozes sufocadas pelo sistema por não se encaixar no modelo hegemônico de raça, sexualidade, credo, gênero e afins. Entender o corpo como território e o território como corpo, entender ainda que território é o espaço que se constitui em seu uso, torna não somente nossos corpos territórios de re-existência, mas também o próprio RPG Girassóis um território.

Um território que não se faz neutro e se constitui na dissidência. Se constitui na performatividade de mulheres que se enquadram na dissidência, seja ela de raça, de gênero, sexualidade, ou qualquer outra. Território que nasce dissidente e se propõe como experiência. Jogadoras(es), em especial aqueles que divergem em muitos níveis das personagens, passam por experiências marcantes. Território, então, que demarca, positivamente, em corpos-territórios que se re-significam em uso político e social.

Dissidência *queer* no jogo

*[...] É que enquanto o doutor capota os de raça no soco
Ela tá falando que ama ver um preto no topo
Imagina seu moço neto com esse biotipo
O mais fácil é eliminar todos esses **garoto** [...]
[...] Perguntam se eu não me arrependo do que tenho dito
Mas não se arrependem de Jenifers, Kauãs e Ágathas
Nós aqui carregando o peso do mundo nas costas
Por coisa que nem o peso na sua consciência paga [...]*

Djonga – Hoje não

Enquanto Djonga entoa a denúncia do projeto higienista e necropolítico, sem chance de arrependimentos, pensamos no quanto os corpos infantis são lidos como violáveis, principalmente aqueles que representam a fuga da norma, o desvio e a abertura para o inesperado. Atravessa então corpos que dissidem da normatividade hegemônica, corpos que representam a diferença. bell hooks (2020, p.17) em seu livro intitulado “E eu não sou uma mulher?” pontua que “o silêncio do oprimido” seria “aquele profundo **silêncio engendrado** de resignificação e aceitação perante o destino”, trazendo ainda que “a socialização racista e sexista nos condicionou a desvalorizar nossa condição de mulher (...) Em outras palavras, pediam-nos que negássemos parte de nós mesmas – e nós fizemos isso”.

E nesse “silêncio engendrado” cabe também ressaltar o que nos silencia, além do sexismo e do racismo, em outra intersecção: o adultocentrismo. Para Souza e Carvalho (2021) não há racismo sem machismo e tão pouco há racismo sem adultocentrismo. Assim, ao entendermos que apesar das identidades e especificidades de cada diferença, não somos livres enquanto qualquer outro não o for também, como ecoado por Ângela Davis, em referência à famosa frase de Audre Lorde “Eu não sou livre enquanto qualquer mulher for cativa. Mesmo se as correntes dela forem muito diferentes das minhas”, em “The Uses of Anger: Women Responding to Racism” discurso proferido em junho de 1981 na Conferência da “National Women’s Studies Association”. Ou ainda na reflexão feita por Adichie: “Imagine como seríamos mais felizes, o quão livres seríamos para sermos nós mesmos, se não tivéssemos o peso das expectativas de gênero” (2018, p. 36).

O fato é que, sob todas as bandeiras de luta, não há uma liberdade individual. E quando pensamos em um movimento que “mais do que uma identidade entre grupo de pessoas” se torna “uma aliança” que em situações outras “não encontrariam nada em comum” e, entre as quais, podemos ter até “suspeitas e antagonismos”, estamos falando do movimento queer, segundo a visão de Judith Butler em sua palestra de 2015 para o I Seminário Queer, onde apontou ainda que cada vez mais as parcelas da população eram consideradas “dispensáveis, supérfluas” enquanto a economia global seguia em alta.

Entretanto, compreender as diferenças de cenário e como no Brasil as coisas ocorrem de maneira distinta, faz Butler concluir que neste país a política não conhece a justiça, independentemente dos esforços dos movimentos e das mobilizações sociais, questionando

então “a interesse de quem a lei existe e de que forma as leis perderam força de ligação”; ou ainda, propor a reflexão sobre “de quem são as ações consideradas crimes pela lei”. Assim, é impossível não lembrar de casos recentes: o “estupro culposo”, terminando na impunidade do abusador de Mariana Ferrer; a demora no caso de Miguel Otávio, que apesar dos esforços de sua mãe, já está há mais de um ano correndo sem solução e sem punição a Sari Cortes Real, responsável por abandonar o menor incapaz no elevador em um dos prédios das torres gêmeas na cidade de Recife, ocasionando sua queda e morte precoce no ano de 2020.

Entender, portanto, que “agir juntos não presume ou produz uma identidade coletiva, mas um conjunto de relações afirmativas e dinâmicas que incluem apoio, disputa, fratura e solidariedade” (BUTLER, 2015) nos faz pensar em como o conceito de sororidade, descrito por hooks (2020) como algo que “empodera mulheres, ao nos respeitar, proteger, incentivar e amar”. Além disso, o conceito da aliança que envolve a população queer e a população dissidente é mais amplo e atravessa a sororidade para um universo onde abraçamos as diferenças, apesar das questões individuais, buscando em coletivo um projeto outro de nação, onde mais complementaridade e menos conflito são a regra, ainda que menos conflito não signifique a ausência de tensões, disputas e eventuais fraturas.

Fundamentos da educação e a reexistência do corpo-território das educadoras negras

A placa de censura no meu rosto diz

Não recomendado à sociedade

A tarja de conforto no meu corpo diz

Não recomendado à sociedade

Perverso, mal amado, menino malvado, muito cuidado

Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado

Caio Prado Ribeiro

Neste passo, pensar quais são os corpos recomendados à sociedade, sem tarja de censura, perpassa pensar em como formamos esses corpos-territórios. Para tanto, questionar as matrizes curriculares dos cursos voltados à educação se faz justo e ululante. Assim, para fomentar tais discussões, apresento na tabela abaixo as bibliografias das emendas das

disciplinas dos fundamentos da educação (Sociologia e Formação Docente – GDE 136; História da Educação I e II – GDE 137 e GDE 145; Filosofia da Educação I e II – GDE 143 e GDE 147 e Psicologia da Educação I e II – GDE 148 e GDE 152), referentes ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, no ano de 2015, matriz essa pela qual fiz meu percurso até aqui.

Tabela 1 – Fundamentos da Educação na Pedagogia – UFLA – matriz 201501

DISCIPLINA	Nº DE REFERÊNCIAS	Nº DE MULHERES NA REF.	Nº DE MULHERES NEGRAS NA REF.
GDE 136	8	2 ou 25%	0 ou 0%
GDE 137	6	3 ou 50%	0 ou 0%
GDE 145	8	4 ou 50%	0 ou 0%
GDE 143	8	1 ou 12,5%	0 ou 0%
GDE 147	9	0 ou 0%	0 ou 0%
GDE 148	10	6* ou 60%	1 ou 10%
GDE 152	10	5* ou 50%	0 ou 0%
TOTAL	59	21 ou 35,593%	1 ou 1,694%

* Quase todas as autoras escrevem sobre a obra de homens como Piaget, Freud e Wallon.

Ao nos depararmos com os dados tratados acima, percebemos que, ainda que alguns docentes se esforcem por uma tentativa de equidade de gênero nas suas bibliografias, quando falamos de representatividade de raça e gênero, nesta intersecção, a porcentagem é quase nula. Em todas as referências, apenas 35% do currículo em fundamentos é composta por mulheres, sendo que destas, apenas 1,7% - aproximadamente -, é composto por mulheres negras.

Vale ressaltar que as mulheres nas referências trabalham, em grande parte, debruçadas em reflexões sobre os trabalhos de homens brancos de origem europeia. Ouso dizer, que se olharmos atentamente à parcela das referências ocupada pelos homens (mais de 64%), ficaremos novamente assombradas pela desigualdade da representatividade racial e, muito provavelmente, de outras representatividades latentes às populações marginalizadas.

Butler e Foucault descrevem a formação do sujeito como um processo que, para ser compreendido, deve ser analisado em contextos históricos e discursivos específicos (SALIH, 2015 p. 9), assim, se o contexto refletido pela sociedade passa pela escola e, portanto, pelos professores, como podemos formar docentes sem que os mesmos conheçam referências equânimes e não hegemônicas?

Ainda refletindo sobre o papel da mulher nessa questão, não levamos em consideração outras chaves de gênero e sexualidade fora do padrão binário. Mas, vale lembrar que a “mulher” não é uma categoria estável e engessada como nos discursos feministas das décadas de 60 e 70. E, portanto, quando pensarmos sobre a chave mulher, fora desse padrão, precisamos pensar na dissidência existente na notoriamente maior parte dos componentes dos cursos de licenciatura. Assim, pensar *queer*, significa também abraçar o inesperado e o desvio, bem como a fuga da norma.

Sedgwick, uma teórica queer cujo influente livro *Epistemologia do armário* foi publicado em 1990, no mesmo ano de *Gender Trouble*, caracteriza o queer com indistinguível, indefinível, instável. “O *queer* é um momento, um movimento, um motivo contínuo – recorrente, vertiginoso, *troublant* [perturbador]”, escreve ela em *Tendências*, sua coletânea de ensaios, salientando que a raiz latina da palavra significa *atravessado*, que vem da raiz indo-latina torquere, que significa “torcer”, e do inglês *athwart* [de través] (SEDGWICK, 1994, p. xii). O *queer* exemplifica, então, o que o teórico cultural Paul Gilroy, em seu livro *O Atlântico negro* (1993), identifica como uma ênfase teórica em *routes* [rotas] mais do que em *roots* [raízes]; em outras palavras, o *queer* não está preocupado com definição, fixidez ou estabilidade, mas é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação. (SALIH, 2015, p. 13)

Exercer o domínio da narrativa, por meio da perpetuação do *status quo*, perpassa também pela construção dos currículos e pela formação de professores, de maneira que, muitas vezes, o sentimento de não encaixe causado por representações vazias e esvaziadas, podem ser determinantes para a manutenção da violência e dos estigmas associados ao carregamento colonial sobre as construções de corpos territórios das populações marginalizadas.

Ao pensar no cenário de desmonte de toda a construção de um país que “estava começando a querer ser” como dito por Paulo Freire, a educação, assim como Exu, tem sido demonizada por aqueles que estão no poder e, não a toa, precisamos urgentemente entoar e pedir por “Exu nas escolas” ecoando a potência de Elza Soares em seu cantar. Não por outro motivo, *reexistência* não é apenas uma opção, mas de toda sorte, o Brasil tem se feito e

refeito nos processos de dessujeição. Assim, compreender que

A violência fantasmal reativa a necessidade de adequação dos negros e das negras em sociedade, matando no berço da própria negritude qualquer política de inversão de valores. A necropolítica, assim, mobiliza a vida a serviço da manutenção da exploração, da opressão e das diferenças sociais. É que “a família tradicional conservou seus antigos valores de superioridade racial” (Bastide; Fernandes, 2008, p. 166). Eis que tudo se ilumina: a “violência fantasmal se baseia na negação de qualquer singularidade essencial” (Mbembe, 2018 a, p. 250). Em outros termos, a violência fantasmal da necropolítica assinala ao negro e à negra que a negritude é um modo de ser muito perigoso, pois as singularidades ameaçam os estertores da ordem e do progresso, dos valores que colocam Deus acima de tudo, a família heteronormativa e patriarcal como irradiação da segurança social, a pátria acima de todos – pátria a(r)mada colonial. (SOUZA e CARVALHO, 2021, p. 10)

Buscando, enfim, outros possíveis que conduzem à vida e não à sobre-vida; buscando recuperar o caráter de humanidade e dignidade, conduzimos assim a função-educador em uma lógica exúlica que nos auxiliaria a criar um “contra bloqueio” das sujeições. Trata-se de considerar um horizonte cuja produção das individualidades não seja deturpada e conduzida à desumanização, como ocorre na condição massificante e estereotipada que o Estado nos impõe, quase sempre, em meio ao terror, fazendo lembrança à recente chacina do Jacarezinho - RJ e há tantas e tantos outros eventos. Consideramos que o terror é precisamente a governamentalidade no estado nu, no estado cínico, no estado obscuro. No terror, é a verdade, e não a mentira, que imobiliza. É a verdade que gela, é a verdade que se torna, por sua evidência, por essa evidência manifesta em toda parte, que se torna intangível e inevitável. (FOUCAULT, 2014, p. 16).

No auge da pandemia de COVID-19 são as vidas negras que mais padecem sob o efeito da aniquilação da existência, ademais, sem amparo digno dos poderes estatais (CARVALHO, 2020) e, frequentemente, ceifadas pelo poder que deveria ampará-las. Frequentemente, como já alertado por Souza e Correa, essas subjetivações racistas levam às estatísticas que tornam explícitas as correntes da necropolítica construída pelos elos dos necrovalores:

Cabe destacar, à luz do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que as crianças são especialmente mais atravessadas a quadros de vulnerabilidade e de violações de direitos: a iniquidade no Brasil sentencia 29% de sua população a viver na penúria, em que por ser o Racismo algo sistêmico (MOORE, 2006), faz com que as crianças negras, quando comparadas as crianças brancas, tenham quase 70% mais chances

de viver na pobreza (UNICEF, 2010). (SOUZA, CORREA, 2020, p. 3)

Os presentes dados reforçam a necessidade de se pensar as questões da interseccionalidade de gênero, raça, classe, sexualidade e, porque não, idade? Afinal, não seria esse o constante papel do educador? Reinventar-se enquanto sujeito, para mediar outros enquanto se constroem e reconstroem? Fato é que

Da educação formal à informal e não-formal; da pedagogia cultural impregnada pelos agenciamentos capitalistas de consumo e de padronização comercial, responsáveis pela construção corporativa da infância até o currículo escolar (Carvalho, 2013; Kincheloe, Steinberg, 2001); das cadeias discursivas que manejam políticas de afirmação sociais inclusivas; enfim, das riquezas simbólicas e expressivas do povo, as experiências com as múltiplas possibilidades de formação se delineiam como horizonte comunitário que aposta na vida e não na necropolítica. Esse deve ser um quinhão de munus inegociável na relação outros possíveis em outras vidas fazendo-nos outra comunidade humana. (SOUZA e CARVALHO, 2021, p. 13).

Considerando então o sujeito na posição de educador, no registro foucaultiano, pode mudar de estatuto ao mesmo tempo em que seus campos de experiências históricas se transformam: da sujeição às experiências de constituição de si. Desse modo, “as ofertas universais e normativas, há muito difundidas pelos fundamentos do pensamento ocidental, não são mais suficientes para assegurar ações e práticas que concebam e respeitem a subjetividade e finitude de cada sujeito” (CARVALHO, 2014, p. 27), de maneira que a dissidência se torna um caminho possível.

Assim, refletindo sobre as múltiplas possibilidades da aplicação do RPG Girassóis, torna-se necessário entender que o processo se fundamenta nos paradigmas da afrocentricidade descritos por Mazama (2009) como: a) centralidade na comunidade; b) respeito à tradição; c) alto nível de espiritualidade; d) envolvimento ético; e) harmonia com a natureza; f) natureza social da identidade sexual; g) veneração dos ancestrais; e, h) unidade do ser; de modo a culminar em mais complementariedade e menos conflito. Baseando-se ainda nos estudos de Karenga (2000) e Asante (2003) não separando a teoria da realidade objetiva e tornando-os aportes para corrigir equívocos e distorções que ao longo da história converteram diferenças em desigualdades.

Logo, o RPG Girassóis se inspira na lógica exúlica a qual também é sua metodologia

de aplicação, se ancorando também nos fundamentos centrais e nos princípios orientadores que são: a Consciência Política e Histórica da Diversidade e o Fortalecimento de Identidades e de Direitos e Ações Educativas de combate ao Racismo e a Discriminações (Lei 10.639/2003 - altera a LDB 9394/1996 por meio do que estabelece o parecer CNE/CP/03/2004 e acrescentando nas DCN disposições para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana). Como também nos já citados princípios éticos, políticos e estéticos, bem como nos pilares da afrocentricidade.

Dessa forma, os participantes da pesquisa não são objetos, mas parceiros que constroem a pesquisa em conjunto com o pesquisador, de modo que o projeto é fruto da comunidade, para o benefício da comunidade; considerando ainda que, neste processo, o pesquisador deve tornar seu conteúdo inteligível e acessível, entrando na lógica daquele que não tem o mesmo percurso de construção social, acadêmica etc., de maneira que ele/ela deve se colocar para a experiência e proporcioná-la em conjunto com a comunidade e para a comunidade. Com efeito, a lógica exúlica descrita por SOUZA (2016) se põe como a metodologia de aplicação ideal para o desenvolvimento e propósitos de subversão e dissidência do RPG Girassóis.

Considerações

Por fim, *queer* se torna uma chave categórica de conexão erótica e política e também de afirmação da diferença que pode não ser facilmente superada por uma identidade unificada. Ou seja, ser *queer*, se entender *queer*, é adotar uma bandeira de luta unificada, no sentido da solidariedade das lutas, reconhecendo as diferenças (até mesmo as antagônicas) daqueles que lutam ao seu lado, preservando sua identidade pessoal, mas corroborando com um projeto de nação que visa maior complementaridade e menos conflito.

Estabelecer alianças com quem amamos é simples e intuitivo. Mas, o sistema opressor exige mais de nós: derrotar o racismo, o sexismo, o patriarcado, o capitalismo e qualquer outra opressão; exige que nos façamos comunidade; afinal, não amamos todos a nossa volta, ainda que para a vivência em sociedade tenhamos de renunciar a nossos desejos e afetos primários para construir alianças sociais. Se alimentarmos nossas paixões e nossos

compromissos com o desejo de justiça social, cognitiva e curricular, ainda que sob a ótica da guerra cultura, com suas rupturas e seus conflitos, a pluralidade de narrativas nos conduzirá para um projeto de nação mais justo e equânime, do qual o RPG Girassóis se propõe a se servir de instrumento para corrigir equívocos e distorções, enquanto destrincha a realidade para entendermos quem somos. E, se toda história é sempre reconstruída a partir do momento em que é narrada e porque fala”, como pontua Richard Miskolci (2015), por que não ver essa história em movimento de dissidência e pela performatividade de mulheres educadoras negras?

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Sejam todos feministas. Editora Companhia das letras, 1ª edição; 10ª reimpressão. 2018.

ABRAMOWICZ, Anete; LEVCOVITZ, Diane; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Infâncias em Educação Infantil. Pro-posições. Campinas: v. 20, n. 3 (60), 2009, p. 179-197.

ALEXANDER, Michelle. A nova segregação. Racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricity: the theory of social change. Bufalo, NY: Amulefi Press, 1980. Terceira edição revista Chicago: African American Images, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil/Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BUTLER, Judith. A vida psíquica do poder. Teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017

BUTLER, Judith. Vida Precária. Os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. *Rethinking Vulnerability and Resistance* - I Seminário Queer - SESC Vila Mariana. Youtube, 2015. Duração: 1:35:06. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ar19rH0H6lM>>. Acesso em 01/10/2021.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e a função-educador. Ijuí: Unijuí, 2014.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; SOUZA, Ellen de Lima. O erê eo devir-criança negro: outros possíveis em tempos necropolíticos. *Childhood & Philosophy*, 2021, 17.

CARVALHO, Alonzo Bezerra de. O papel das paixões na formação da moralidade. In: PAGNI, Pedro Angelo; BUENO, Sinésio Ferraz; GELAMO, Rodrigo Pelloso (org.). *Biopolítica, arte de viver e educação*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

COLLINS, Patrícia Hill. Epistemologia Feminista Negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*. São Paulo: WMF, 2014.

GOMES, Nilma Lino. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; BARBOSA, Lúcia Maria Assunção. *O pensamento dos negros em educação no Brasil: expressões do movimento negro*. São Carlos: EDUFSCar, 1997.

_____; . Por uma indignação antirracista e diaspórica: negritude e afrobrasilidade em tempos de incertezas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 10, n. 26, p. 111-124, out. 2018. ISSN 2177-2770.

Disponível em:

<<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/642>> Acesso em: 20/04/2021.

_____; O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

_____; RAÇA E EDUCAÇÃO INFANTIL: À PROCURA DE JUSTIÇA. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.17, n.3, p. 1015-1044 jul./set. 2019. <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p1015-1044>

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, 2020, 22.48.

HOSANG, Daniel M.; LOWDNS, Joseph E. Producers, parasites, patriotes. Race and the new right-wing politics of precarity. London/Minneapolis: University of Minnesota Press, 2019.

KARENGA, Maulana. Black studies: a critical assessment. In: Manning, M. Dispatches from the ebony tower: intellectuals confront the African American experience. Nova York: Columbia University Press, 2000, p. 162-70.

KILOMBA, GRADA. Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. The Uses of Anger: Women responding to Racism. In: *Keynote presentation at the National Women's Studies Association Conference, Storrs, Connecticut*. 1981.

MAYER, Jane. Dark Money. The hidden history of the billionaires behind the rise of the radical right. New York: Anchor Book, 2017

MAZAMA, Ama. A afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: N-1, 2018.

MBEMBE, Achille. Sair da grande noite. Ensaio sobre a África descolonizada. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

MEMMI, Albert. Retrato dos descolonizados árabe-mulçumanos e de alguns outros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2013.

MISKOLCI, Richard. O que é o Queer? I Seminário Queer - SESC Vila Mariana. Youtube, 2015. Duração: 1:33:36. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ar19rH0H6lM>>. Acesso em 01/10/2021.

MOOG, Vianna. Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, F. D. (2004). Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial? Tese apresentada à UFSCAR. OLIVEIRA, Kiusam Regina. Candomblé Ketu e Educação: estratégias para o empoderamento da mulher negra. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, 2008.

QUIJANO, A. 2010. Colonialidade do poder e classificação social. In: B.S. Santos e M. Meneses (eds.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez.

_____. 1992. Colonialidad del poder, etnocentrismo y América Latina. *Indígena*, 29, 11-21.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. Mórula Editorial, 2019.

SALIH, Sarah. Judith Butler e a teoria queer. Tradução de Guacira Lopes Louro. - 1. ed.; 3. reimp. - Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2015. 240 p.

SANTIAGO, F. (2019). Eu quero ser o sol!:(re) interpretações das intersecções entre as relações raciais e de gênero nas culturas infantis entre crianças de 0 à 3 anos em creche.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Flecha no tempo. Mórula Editorial, 2019.

SOUZA, Ellen Gonzaga de Lima. Experiências de Infâncias com produções de culturas no Ilê Axé Omo Oxé Ibá Latam. 2016. 182 fls. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos –SP, 2016.

_____. **CRANÇAS NEGRAS E CULTURAS INFANTIS: APORTES PARA A DESCOLONIZAÇÃO DAS INFÂNCIAS.** In: *Olh@res*, Guarulhos, v. 4, n. 2, p. 24-37, novembro 2016.

_____; SANTIAGO, Flávio; DE FARIA, Ana Lúcia Goulart. As culturas infantis interrogam a formação docente: tessituras para a construção de pedagogias descolonizadoras. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 80-102, jan./abr. 2018.

_____; COSTA, Daniel Gonzaga. Culturas infantis e Oxóssi: descolonizando com a

assertividade do filho de um caçador. In: *Crítica Educativa* (Sorocaba/SP), v. 5, n. 1, p. 45-54, jan./jun.2019. DOI: 10.22476/revcted.v5i1.432.

_____. *Bebês, cultura e raça em terreiros de candomblé: diálogos com HampateBâ*. In: TEBET, Gabriela. *Estudos de bebês e diálogos com a sociologia*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

SOUZA, Ellen Lima; CORREA, Núbia Cristina Sulz Lyra. RPG GIRASSÓIS: EPISTEMOLOGIAS ACADÊMICAS NEGRAS PARA OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 44-65, ago. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1002>>. Acesso em: 07 mai. 2021

SOUZA, Ellen de Lima; Souza, Márcia Lúcia Anacleto de. *Necrovalores e Proteção à Infância: da intolerância religiosa de conselheiros tutelares no caso da Mãe Juremeira ao resgate da criança campineira num barril de ferro*. Publicado em 03 fev 2021. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/editoria/cidadania/necrovalores-e-protecao-a-infancia-por-ellen-de-lima-souza-e-marcia-l-anacleto-de-souza/>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a infância. *O impacto do racismo na infância*. Brasília: UNICEF, 2010